

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de Canoas necessita garantir a continuidade, modernização e independência tecnológica de seu portal institucional, sistemas associados e serviços digitais.

O cenário atual apresenta riscos relevantes:

- Dependência de fornecedor anterior
- Possível indisponibilidade de código-fonte
- Risco de perda de dados ou descontinuidade dos serviços
- Limitações tecnológicas e de evolução
- Necessidade de adequação à LGPD, acessibilidade e transparência

Dessa forma, justifica-se a contratação de solução que permita:

- Continuidade dos serviços públicos digitais
 - Reconstrução tecnológica independente
 - Garantia de propriedade dos ativos
 - Atendimento às exigências legais e órgãos de controle
-

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações da Câmara Municipal de Canoas para o exercício de 2026, vinculada ao eixo de modernização tecnológica e continuidade dos serviços digitais institucionais.

Classificação no PCA:

- Categoria: Tecnologia da Informação e Comunicação
- Natureza: Serviço contínuo de TI
- Objeto resumido: Portal institucional, hospedagem, webmail e sustentação tecnológica
- Finalidade institucional: continuidade dos serviços públicos digitais, transparência pública e modernização tecnológica.

ITEM	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
SERVIÇO DE WEBSITE (HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO)	2.003	3.3.90.40
SERVIÇO DE WEBSITE (DESENVOLVIMENTO)	2.003	3.3.90.40

A contratação está alinhada:

- ao planejamento estratégico institucional;
- às necessidades de continuidade administrativa;
- às exigências legais de transparência, acessibilidade e proteção de dados;
- à mitigação de riscos operacionais decorrentes da dependência tecnológica atual.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução deverá atender, no mínimo:

3.1 Requisitos Funcionais

- Portal institucional completo
- Módulos legislativos (leis, projetos, sessões, etc.)
- Transparência pública (SIC, ouvidoria, licitações)
- Gestão de conteúdo avançada
- Integrações (YouTube, Analytics, APIs externas)
- Webmail corporativo

3.2 Requisitos Não Funcionais

- Alta disponibilidade (mínimo 99,9%)
- Segurança da informação (LGPD)
- Escalabilidade em nuvem
- Desempenho e responsividade
- Acessibilidade (WCAG e eMAG)

- Uso de tecnologias abertas (vedação de lock-in)

3.3 Requisitos Técnicos Críticos

- Capacidade de execução sem acesso ao código-fonte atual
 - Migração ou reconstrução de dados e funcionalidades
 - Garantia de propriedade integral da solução
 - Uso de repositório versionado (Git)
-

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Manutenção do fornecedor atual

- Risco: dependência tecnológica
- Risco: ausência de código-fonte
- Baixa competitividade
- Conclusão: não recomendada

Alternativa 2 – Aquisição de solução proprietária (SaaS fechado)

- Risco de lock-in
- Limitações de customização
- Dependência contínua
- Conclusão: não recomendada

Alternativa 3 – Desenvolvimento/reconstrução sob demanda (open source)

- Independência tecnológica
 - Propriedade dos ativos
 - Flexibilidade e evolução
 - Aderência à legislação
 - Conclusão: solução recomendada
-

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para:

- Diagnóstico do ambiente atual
- Extração e tratamento de dados
- Reconstrução ou desenvolvimento do sistema
- Migração de dados
- Implantação em ambiente em nuvem
- Disponibilização de webmail corporativo
- Suporte técnico e manutenção
- Evolução tecnológica contínua

Inclui:

- Portal institucional completo
 - Banco de dados estruturado
 - Infraestrutura em cloud
 - Sistema de gestão administrativa
 - Serviços de comunicação institucional
-

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Como base para o Termo de Referência:

- 01 portal institucional completo
- 01 sistema de gestão administrativa
- 01 ambiente de hospedagem em nuvem
- Mínimo de 50 contas de e-mail
- Até 100 horas técnicas anuais sob demanda

6.1 Memória de Cálculo das Quantidades

a) Webmail corporativo – mínimo de 50 contas

A estimativa considera:

- vereadores;
- gabinetes parlamentares;
- servidores efetivos;
- cargos comissionados;
- setores administrativos;
- contas institucionais e funcionais.

Considerando a estrutura organizacional atual da Câmara Municipal, bem como necessidade de crescimento vegetativo e contingência operacional, definiu-se quantitativo mínimo de 50 contas ativas, permitindo expansão futura sem necessidade imediata de aditivo contratual.

b) Horas técnicas anuais – até 100 horas

A estimativa de horas técnicas considera:

- necessidade de ajustes evolutivos;
- adequações legais e normativas;
- integrações futuras;
- correções não previsíveis;
- melhorias de acessibilidade, desempenho e segurança;
- demandas extraordinárias da Administração.

O quantitativo foi definido com base:

- em contratações similares de portais legislativos;
- na natureza dinâmica do ambiente institucional;
- na necessidade de evitar paralisações administrativas;
- na previsibilidade mínima necessária para sustentação contínua da solução.

Trata-se de quantitativo estimativo, não obrigatório, constituindo teto máximo de consumo anual.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 Metodologia da Estimativa de Preços

A estimativa de preços da contratação observará:

- pesquisa direta com fornecedores do ramo;
- consultas em bancos de preços públicos;
- análise comparativa de mercado.

A composição dos valores considerará:

- complexidade técnica da migração/reconstrução;
- custos de infraestrutura em nuvem;
- hospedagem e banco de dados;
- suporte técnico contínuo;
- fornecimento de webmail corporativo;
- manutenção evolutiva sob demanda.

As memórias de cálculo, pesquisas de mercado, cotações e documentos de suporte integrarão os autos do processo administrativo e serão posteriormente realizados pelo setor competente.

8. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

A contratação será realizada em lote único, pelo critério de menor preço global, em razão da elevada interdependência técnica e operacional entre os serviços contratados.

Os componentes da solução:

- portal institucional;
- banco de dados;
- hospedagem;
- webmail;
- sustentação técnica;

- manutenção evolutiva;
- integrações e APIs;

funcionam de forma integrada e dependente entre si.

O parcelamento poderá gerar:

- conflitos de responsabilidade técnica;
- dificuldades de integração;
- aumento de indisponibilidade;
- falhas de interoperabilidade;
- riscos de segurança;
- maior tempo de resposta em incidentes;
- dificuldade de apuração de responsabilidade contratual.

A existência de múltiplos fornecedores em ambiente crítico e integrado de TI poderá comprometer:

- continuidade dos serviços públicos digitais;
- estabilidade operacional;
- segurança da informação;
- desempenho do portal institucional.

Além disso, a execução centralizada:

- reduz riscos operacionais;
- simplifica a fiscalização;
- melhora governança contratual;
- otimiza suporte técnico;
- evita fragmentação tecnológica.

Assim, o não parcelamento mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso à Administração, sem restrição indevida à competitividade, considerando a ampla existência de empresas aptas à execução integral do objeto.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- Serviços de conectividade e internet
- Infraestrutura de rede interna
- Sistemas de terceiros integrados via API

Não há dependência impeditiva para a contratação.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Continuidade integral dos serviços digitais
 - Redução de riscos operacionais
 - Independência tecnológica
 - Melhoria na transparência pública
 - Aumento da eficiência administrativa
 - Conformidade com LGPD e órgãos de controle
-

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

- Designação de equipe de fiscalização
 - Levantamento dos acessos disponíveis
 - Backup dos dados existentes
 - Organização documental
 - Definição de ambiente de homologação
-

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

- Uso de infraestrutura em nuvem (redução de hardware físico)
 - Otimização de consumo energético
 - Redução de papel (digitalização de processos)
-

13. ANÁLISE MATRIZ DE RISCOS

A presente contratação envolve riscos técnicos, operacionais e de continuidade dos serviços públicos digitais, especialmente em razão da necessidade de migração/reconstrução do ambiente atualmente em produção.

A matriz abaixo identifica os principais riscos mapeados, seus impactos potenciais e respectivas medidas de mitigação.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Ausência de código-fonte do sistema atual	Alta	Alto	Reconstrução funcional do sistema; utilização de técnicas de extração de dados; planejamento de migração; validação por etapas
Perda, corrupção ou inconsistência de dados	Média	Alto	Execução de backups integrais; validação de integridade; ambiente de homologação; testes prévios; plano de restauração
Falhas durante migração ou implantação	Média	Alto	Execução em ambiente controlado; cronograma por etapas; testes funcionais; plano de rollback; homologação prévia
Indisponibilidade temporária do portal institucional	Média	Alto	Infraestrutura redundante; monitoramento contínuo; SLA contratual; plano de contingência
Lock-in tecnológico ou dependência excessiva da contratada	Média	Alto	Exigência de portabilidade; acesso integral aos dados; documentação técnica; reversibilidade contratual
Descumprimento de SLA	Média	Médio	Monitoramento mensal; relatórios técnicos; glosas contratuais; fiscalização contínua

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Vulnerabilidades de segurança da informação	Média	Alto	Controle de acesso; backups; criptografia; atualizações de segurança; monitoramento de incidentes
Incompatibilidade entre dados legados e nova solução	Média	Médio	Mapeamento prévio; testes de compatibilidade; validação por amostragem; homologação técnica
Atraso no cronograma de implantação	Média	Médio	Plano de trabalho; acompanhamento periódico; reuniões de monitoramento; gestão de marcos de entrega
Falhas em integrações externas (YouTube, APIs, serviços terceiros)	Baixa	Médio	Testes de integração; validação técnica; contingenciamento operacional
Descontinuidade operacional por falha da contratada	Baixa	Alto	Exigência de documentação; transferência de conhecimento; acesso administrativo integral; reversibilidade operacional

13.1 Monitoramento dos Riscos

Os riscos identificados deverão ser monitorados durante toda a execução contratual pela fiscalização e gestão do contrato, podendo ser adotadas medidas corretivas, preventivas ou contingenciais sempre que necessário.

13.2 Atualização da Matriz de Riscos

A Administração poderá atualizar, complementar ou revisar os riscos identificados durante a execução contratual, especialmente diante de:

- incidentes operacionais;
- alterações tecnológicas;
- mudanças de escopo;

- surgimento de vulnerabilidades;
- eventos supervenientes relevantes.

13.3 Gestão de Contingência

A CONTRATADA deverá manter procedimentos mínimos de contingência destinados a assegurar:

- continuidade operacional;
 - recuperação de serviços;
 - restauração de dados;
 - mitigação de indisponibilidades;
 - resposta a incidentes críticos
 - notificar formalmente o fornecedor atual sobre a entrega de fontes, conforme anexo A.
-

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação é considerada:

- Tecnicamente viável
 - Economicamente adequada
 - Juridicamente possível
 - Alinhada ao interesse público
-

15. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO

JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de migração, implantação, reconstrução, sustentação, suporte técnico, hospedagem e evolução tecnológica do portal institucional da Câmara Municipal.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, considera-se serviço comum aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

No caso em análise, verifica-se que:

I – o objeto encontra-se integralmente descrito no Termo de Referência, com definição clara de escopo, funcionalidades, requisitos técnicos, níveis de serviço e critérios de aceite;

II – as funcionalidades exigidas (portal institucional, gestão de conteúdo, módulos legislativos, transparência pública, webmail e hospedagem) correspondem a soluções amplamente difundidas e padronizadas no mercado;

III – inexistência de inovação tecnológica inédita ou desenvolvimento experimental, tratando-se de reconstrução/implementação baseada em padrões consolidados;

IV – há ampla oferta de fornecedores aptos à execução do objeto, caracterizando ambiente competitivo;

V – os critérios de julgamento são objetivos, baseados no menor preço global, sem qualquer subjetividade técnica classificatória;

VI – eventual prova de conceito possui caráter exclusivamente eliminatório, não interferindo na classificação das propostas.

Adicionalmente, destaca-se que:

- a contratação não envolve definição discricionária de soluções técnicas complexas pela Administração durante o certame;
- não há necessidade de avaliação comparativa de metodologias com base em critérios subjetivos;
- a execução contratual encontra-se estruturada em etapas com entregáveis objetivos e mensuráveis.

Dessa forma, resta caracterizado que o objeto possui natureza de serviço comum de tecnologia da informação, sendo adequada a adoção da modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade observa, ainda, os princípios da economicidade, competitividade, eficiência e transparência, permitindo ampla participação de licitantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

ANEXO A – MODELO DE NOTIFICAÇÃO FORMAL AO FORNECEDOR ATUAL

Prezados,

Considerando a proximidade do encerramento do contrato emergencial vigente firmado entre esta Administração e essa empresa, e visando garantir a continuidade dos serviços públicos digitais, vimos por meio desta solicitar a disponibilização dos ativos tecnológicos relacionados ao portal institucional atualmente em operação.

Solicitamos, no prazo de até 07 dias após a conclusão da licitação em curso, o fornecimento dos seguintes itens:

- Cópia integral das bases de dados (em formato aberto e estruturado)
- Backup completo dos conteúdos do portal
- Documentação técnica disponível
- Informações sobre arquitetura, tecnologias utilizadas e integrações existentes
- Credenciais de acesso administrativo, quando aplicável

Adicionalmente, solicitamos, caso seja possível, a disponibilização do código-fonte do sistema atualmente em uso, ainda que não previsto contratualmente, como medida de boa-fé e cooperação para assegurar a continuidade do serviço público.

Ressaltamos que a presente solicitação tem por objetivo garantir a transição adequada para nova contratação, em conformidade com os princípios da continuidade do serviço público e da eficiência administrativa.

Informamos que a ausência de disponibilização das informações poderá demandar adoção de medidas administrativas cabíveis para assegurar a preservação dos dados públicos.

Permanecemos à disposição para alinhamento técnico necessário. Atenciosamente,

[Nome]

[Cargo] [Órgão]

Hash do documento (SHA-256): 64e0a40d75e61f9897a387b29a3529e3503ed0f033a003db8e8aea92ba885660

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.